



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 845/11

Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná.

Art. 1º O peso bruto máximo do material escolar em bolsas, mochilas ou similares, a ser transportado por alunos do pré-escolar e do ensino fundamental de estabelecimentos de ensino públicos e privados do Estado do Paraná não poderá ultrapassar os seguintes percentuais:

I – 5% (cinco por cento) do peso do aluno com até dez anos de idade;

II – 10% (dez por cento) do peso do aluno com mais de dez anos de idade.

Art. 2º Ficará a cargo da coordenação dos estabelecimentos de ensino públicos e privados, a definição do material escolar a ser transportado diariamente.

§ 1º O material que exceder o peso bruto máximo permitido deverá ficar guardado no estabelecimento de ensino, em armários individuais ou coletivos.

§ 2º Fica vedada a cobrança de taxa por parte dos estabelecimentos de ensino públicos e privados pela guarda do material a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 3º Os estabelecimentos de ensino públicos e privados ficam obrigados a informar aos alunos, seus pais ou responsáveis, sobre os riscos à saúde pelo excesso de peso transportado diariamente.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Educação – SEED e a Secretaria de Estado da Saúde – SESA deverão colaborar com os estabelecimentos de ensino públicos e privados na divulgação das informações sobre os riscos à saúde pelo excesso de peso transportado, nos termos do inciso IX, do art. 28 do Decreto Estadual nº 777, de 9 de maio de 2007.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo da Secretaria de Estado da Educação, nos termos do art. 30 da Lei nº 8.485, de 8 de junho de 1987.

Art. 5º O descumprimento do contido nesta Lei pelos estabelecimentos de ensino públicos e privados resultará em:

I – na primeira ocorrência, lavratura de auto de advertência dirigido ao diretor do estabelecimento;

II - na segunda ocorrência, lavratura de auto de infração dirigido ao diretor do estabelecimento, e multa no valor de dez Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPF/PR a cada excesso de peso constatado, aplicando-se cobrança em dobro nos casos de reincidência.

Parágrafo único. As lavraturas dos autos de infração a que se referem os incisos I e II deste artigo dar-se-ão respeitados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, sendo que a aplicação de sanções e seus efeitos dar-se-ão doze meses contados da sua publicação oficial.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 437/12

Altera a Lei nº 15.444/07 que instituiu o dia 18 de maio como o Dia Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Art. 1º A súmula da Lei nº 15.444, de 15 de janeiro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Súmula: Institui o dia 18 de maio como o Dia Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes".

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 15.444/07 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o dia 18 de maio como o Dia Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.

 
ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE

 
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 480/12

Denomina Rodovia Adolfo Garcia o trecho da PR-489, compreendido entre o trevo da PR-485 até o Distrito de Porto Figueira.

Art. 1º Fica denominado Rodovia Adolfo Garcia o trecho da PR-489, compreendido entre o trevo da PR-485 até o Distrito de Porto Figueira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

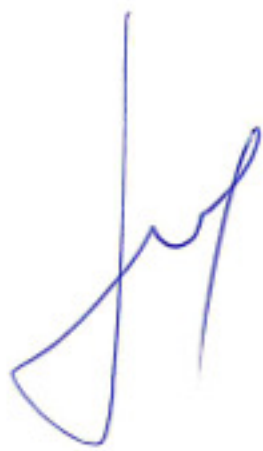
Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 628/12

Extingue os Fundos Estaduais que especifica.

Art. 1º Ficam extintos os seguintes Fundos e revogadas as disposições legais respectivas:

I – Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná – FAE-PR, constituído nos termos da Lei nº 6.318, de 20 de setembro de 1972;

II – Fundo de Terras do Estado do Paraná, criado pela Lei nº 9.902, de 10 de janeiro de 1992;

III – Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FEID, criado pela Lei nº 11.987, de 05 de janeiro de 1998;

IV – Fundo Estadual de Investimentos em Crédito Produtivo Popular – Banco da Família, criado pela Lei nº 12.202, de 01 de julho de 1998;

V – Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná – FUNCOR, criado pela Lei nº 13.032, de 29 de dezembro de 2000.

Art. 2º Os eventuais saldos financeiros dos Fundos ora extintos deverão ser recolhidos ao Tesouro Geral do Estado trinta dias após a publicação desta Lei.